

LEONI TEREZINHA WAMMES

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA

**TOLEDO
2007**

LEONI TEREZINHA WAMMES

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Edson Marques
Oliveira**

**TOLEDO
2007**

LEONI TEREZINHA WAMMES

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Edson M. Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Roseli Odorizzi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Salete Polônia Borilli
Universidade Paranaense - UNIPAR

Toledo, 12 de novembro de 2007.

*Aos meus pais, Albano e Ida Wammes.
Que em um momento de amor me deram
a vida e me ensinaram a vivê-la com
dignidade.
Que mesmo não tendo suas presenças
físicas, sei que estão comigo a todo o
momento.
A lembrança é uma forma de
reencontro. A quem amamos nunca
esquecemos.
Amo vocês eternamente!!!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me dar forças e capacidades intelectuais para a elaboração deste trabalho. Obrigada Senhor.

A minha família, em especial meus pais (in memória) e as minhas irmãs, Inês, Margarida, Bernadete, Salete, Irene, Iraci que me apoiaram mesmo distante no dia a dia. Obrigada amo vocês!

Aos meus colegas da faculdade, em especial a minha grande amiga Pati, e também a Néia, muito obrigado pela ajuda. Adoro vocês A Ju, Gra, Elisete, Olga, Débora. Que a amizade construída aumente sempre mais.

A Tina, minha sobrinha que meu deu forças no início da faculdade e da minha “nova vida”. Obrigada.

Aos meus colegas de trabalho da UNIPAR em especial a minha amiga Ane pela força e também a Arminda que me possibilitou as saídas para o estágio. Obrigada.

As minhas colegas do coração, a Tuti, Lu, Meri, Sale, Laine, Lucia e a Claudía. Que saudades dos nossos encontros.

Ao meu namorado, amigo e companheiro Dierterson, sem você, seria bem mais difícil obrigada.

As Assistentes Sociais, Solange e Vânia e a toda família APADA, por permitir que realizasse o estágio nesta instituição. Sucesso a vocês.

Ao meu professor e orientador Edson pela ajuda, incentivo e atenção na elaboração deste trabalho. A todos os docentes do Curso de Serviço Social da Unioeste e que contribuíram para a minha formação. Obrigada.

A sociedade civil que paga seus impostos e através deste proporcionar uma Universidade Pública e gratuita na qual pude ter o privilégio de cursar. Obrigada.

As famílias dos deficientes auditivos, sujeitos da minha pesquisa, obrigada por me deixarem adentrar seu universo.

WAMMES, L. T. **A importância da família no desenvolvimento da criança surda.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi realizado com base nos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Serviço Social e a experiência vivenciada no período de estágio na APADA – Escola para Surdos – Ensino Fundamental do município de Toledo, no período de março de 2006 a novembro de 2007. A temática abordada neste Trabalho refere-se às famílias com filhos surdos e tem como objetivo analisar a importância destas no desenvolvimento dos mesmos. A partir dos objetivos propostos parte-se para a problemática, suscitando o seguinte questionamento: a família tem uma participação efetiva no desenvolvimento de seus filhos surdos? A metodologia utilizada para realizar este trabalho parte da pesquisa qualitativa. Os procedimentos pautaram-se em fontes documentais e bibliográficas sobre a temática, os quais subsidiaram a pesquisa empírica. Esta foi realizada mediante entrevistas junto às famílias dos surdos e a coordenadora pedagógica da APADA. O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, buscou-se fazer uma breve análise histórica do surdo e a conceituação da surdez, bem como da família e sua importância no desenvolvimento da criança surda. O segundo capítulo discorreu-se sobre o município de Toledo apontando um breve histórico da educação para surdos no município, enfocando o surgimento da APADA e quais são as ações que esta desenvolve junto às famílias e aos alunos surdos. No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos, os dados da pesquisa empírica, coletados junto às famílias dos surdos procurando entender de que forma estas participam do desenvolvimento dos seus filhos e como se comunicam com os mesmos. Também foi entrevistada a coordenadora pedagógica da APADA para entender que tipo de ações realizam-se na Instituição que visam integrar as famílias e seus filhos. Neste sentido, a pesquisa demonstra a importância da família no desenvolvimento de seus filhos surdos, ainda que esta tenha uma participação restrita neste processo devido a inúmeros limites aos quais está sujeita.

Palavras chave: família; surdo; APADA.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Grau de Escolaridade dos Entrevistado	32
GRÁFICO 2 – Participação do Grupo Familiar nas Entrevistas	33
GRÁFICO 3 – Tipo de Comunicação Utilizada pelos Pais.....	40
GRÁFICO 4 – Dificuldades de Participação dos Pais na APADA	44
GRÁFICO 5 – Níveis de Satisfação do Atendimento da APADA.....	45

.

.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APADA	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APAEs	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LOAS.....	Lei Orgânica da Assistência Social
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NOB.....	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Unioeste.....	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

RESUMO	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS SURDOS	13
1.1 SURDO NO BRASIL.....	15
1.2 ANÁLISE CONCEITUAL	16
1.3 CONCEITO DE FAMÍLIA	18
1.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA	21
2 MUNICÍPIO DE TOLEDO	24
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO	25
3 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	29
3.1 A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NA APADA	31
3.1.1 Grau de escolaridade dos entrevistados	32
3.1.2 Participação do grupo familiar	33
3.2 O IMPACTO DA SURDEZ NA FAMÍLIA	34
3.3 ORIGEM DA SURDEZ	35
3.4 O QUE A FAMÍLIA ESPERAVA AO LEVAR O FILHO PARA APADA.....	37
3.5 QUAL A COMUNICAÇÃO UTILIZADA PELA FAMÍLIA.....	40
3.6 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS.....	42
3.6.1 Dificuldades de participação da família	44
3.7 SATISFAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO DA APADA	45
3.8 A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO FAMILIAR E AS AÇÕES DA APADA	46
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	58

INTRODUÇÃO

A família é o lugar específico que detêm de certa forma, a possibilidade de sucesso ou fracasso de cada novo ser que é gerado. Quando uma criança nasce, os pais tem uma grande expectativa diante deste novo ser, mas o que pode ocorrer é que este seja diferente. O caso do nascimento de uma criança surda marca uma diferença para aqueles que são ouvintes, neste caso, muitas vezes, a criança não consegue ocupar o lugar que os pais imaginavam que ocuparia.

Pais ouvintes com filhos surdos enfrentam um desafio muito grande para construir uma identidade semelhante e uma visão da surdez que não esteja situada somente na deficiência. Ao mesmo tempo os pais precisam elaborar a frustração, o desapontamento do filho imaginário. Muitos pais não conseguem interagir com estas crianças e acabam vivenciando uma espécie de marginalidade cultural dentro de sua própria família, ou seja, são estrangeiros em suas próprias casas.

Para ouvintes que nunca tiveram contato com a surdez, esta é desconhecida. Nesta situação pais ouvintes ao se depararem com um filho surdo, enfrentam muitas dificuldades de se inserirem num processo desconhecido até então. Os pais são essenciais para o desenvolvimento emocional, social e lingüístico de uma criança surda. Nem todos os profissionais do mundo poderiam substituí-los.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) estima-se que 10% da população possui alguma deficiência podendo ser físicas, visuais, auditivas ou mentais. A estimativa de deficiência auditiva no Brasil é em torno de 1,5% da população (OMS *apud* FURTADO, 2007).

A deficiência auditiva é considerada doença, uma vez que representa um desvio da saúde. Para o conhecimento científico, na área médica, a deficiência auditiva tem sido classificada pelo grau do desvio; pela idade; pela localização e pela etiologia. A perda auditiva representa uma dificuldade tanto na produção da linguagem quanto na sua recepção.

A surdez ocasiona dificuldades aos indivíduos em qualquer sociedade de qualquer tempo. No entanto, não deve ser vista como um fenômeno a-histórico e, como tal, permanecer estática através dos tempos, pois, a medida que ocorrem transformações nas relações sociais verifica-se uma mudança no entendimento da surdez.

Neste sentido o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *Campus* de Toledo, tem como objeto de estudo a importância da família no desenvolvimento dos surdos. O

mesmo é uma exigência das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a formação acadêmica de bacharel em Serviço Social.

O interesse nesta área temática iniciou-se no segundo ano do curso de Serviço Social, a partir da realização de uma análise de conjuntura¹ na área da surdez. No terceiro ano o projeto de pesquisa também foi direcionado para as famílias e os deficientes auditivos. Associando todos estes dados e conhecimentos obtidos com o Estágio Curricular originou este trabalho monográfico.

A experiência vivenciada durante o período de Estágio Curricular na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) de Toledo – Escola para Surdos – Ensino Fundamental, proporcionou um contato maior com a realidade das famílias com pessoas deficientes auditivas. Neste período de estágio a acadêmica teve a oportunidade de participar de várias palestras promoções e trabalhos realizados na APADA direcionados às famílias, nos quais foi possível verificar a participação restrita das famílias, o que foi somando por parte da acadêmica várias inquietações a esse respeito.

Neste sentido o enfoque central da pesquisa foi a família do deficiente auditivo e abordou como tema a importância da família no desenvolvimento da criança surda na APADA de Toledo e levantou-se como problema: a família tem uma participação efetiva no processo de desenvolvimento dos seus filhos surdos?

Diante disso estabeleceu-se como objetivo geral analisar a importância das famílias no desenvolvimento da criança surda na APADA do município de Toledo. E como objetivos específicos: levantar o perfil das famílias que tem pessoas com deficiência auditiva; como estas participam da vida escolar de seus filhos na Apada; verificar de que maneira se comunicam com os mesmos: conhecer se existem dificuldades dos pais em participar efetivamente na APADA e o que esta oferece para a integração com as famílias.

Com objeto e objetivos definidos, o seguinte passo foi definir os sujeitos da pesquisa, os quais foram escolhidos por uma amostragem intencional a partir das orientações de Trabalho de Conclusão de Curso e as sugestões da Assistente Social da APADA. Como forma de amostragem optou-se por seis famílias de deficientes auditivos e a coordenadora pedagógica para responderem as questões da pesquisa.

Optou-se pela abordagem qualitativa, no entanto, sem perder de vista dados quantitativos, pois a pesquisa qualitativa possibilita uma compreensão maior e abrangência

¹A realização da análise de conjuntura foi uma atividade realizada na disciplina de Oficina de Formação Profissional IV da segunda série do Curso de Serviço Social.

dos objetivos inicialmente traçados. Dessa forma permitiu um conhecimento mais completo do objeto estudado, que neste caso específico trata-se da importância da família no desenvolvimento da criança surda da APADA do município de Toledo.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista individual através de um formulário previamente elaborado com perguntas semi-estruturadas as quais foram gravadas após a permissão dos entrevistados. Também foi aplicado um pré-teste com uma mãe de um surdo, no entanto, o resultado obtido não foi utilizado na pesquisa.

Este Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se de três capítulos. No primeiro enfatiza-se o contexto histórico dos surdos primeiramente em um âmbito mais geral e depois no Brasil e uma análise conceitual da surdez. No segundo capítulo é abordado sobre a família e sua importância no desenvolvimento da criança surda, bem como um pequeno histórico do município de Toledo e uma contextualização da origem da APADA e como esta se consolidou no município de Toledo. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos, os dados e a análise da pesquisa seguindo a seqüência das questões desenvolvidas.

Finalizando é apresentada a conclusão e algumas sugestões para a APADA que os entrevistados apresentaram na pesquisa, a fim de contribuir para um avanço na qualidade de atendimento da Instituição que venha favorecer os seus usuários.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS SURDOS

A família é o lugar específico que detém de certa forma, a possibilidade de sucesso ou fracasso de cada novo ser que é gerado. Quando uma criança nasce os pais tem uma grande expectativa diante deste novo ser, mas o que pode ocorrer é que essa seja diferente. O nascimento de uma criança surda marca uma diferença para aqueles que são ouvintes, neste caso, muitas vezes, a criança não consegue ocupar o lugar que os pais imaginavam que ocuparia.

Nos primórdios, os sujeitos surdos eram estereotipados como ‘anormais’, com algum tipo de atraso de inteligência, devido à insuficiência de trabalho e pesquisas científicas desenvolvidos na área educacional. Para a sociedade neste período histórico, o ‘normal’ eram indivíduos que falassem e ouvissem para serem aceitos, então, os sujeitos surdos eram excluídos da vida social e educacional; não havia escolas para os sujeitos surdos e existiam muitas leis que não acreditavam na competência de surdos.

[...] ao final da data antiga, falávamos em textos jurídicos de opinião sigilosa, também equiparando entre surdos e dementes, nada disso nos devia assombrar, por isso muitas legislações que não estavam em vigência, apresentavam os mesmos erros conceituais (QUIRÓS, 1966 *apud* STROBEL, 2006, p.3).

Na Roma antiga, os romanos herdaram dos Gregos a veneração pela perfeição física. Assim, os recém nascidos que apresentavam deficiências físicas eram sacrificados. No entanto, este destino não se aplicava muitas vezes aos bebês surdos, porque não se percebia a surdez ao nascerem.

Em Roma, eles eram colocados na base de uma estátua nas praças principais e então devorados pelos cães. Por este motivo muitos historiadores pensaram que certamente às crianças surdas não se desse tal destinação dado que, seguramente, mesmo hoje é muito difícil fazer um diagnóstico precoce da surdez (RADUTZKY, 1992 *apud* STROBEL, 2006, p.3).

Por volta de 753 a.C., o fundador da Roma, o imperador Rômulo, determinou uma lei onde todos os recém-nascidos que fossem incômodos para o Estado deveriam ser mortos até os três anos, por isso, muitos surdos não conseguiam fugir deste destino desumano.

Desde o século XIV ao século XVII, além de serem sacrificados, os sujeitos surdos eram também marginalizados do convívio social, isolados, presos em celas e calabouços, asilos e hospitais, ou feitos de escravos, assim como afirma Foucault no seu livro *História da Loucura na Idade Clássica*. Ao percorrer na história da loucura percebemos que devido aos valores éticos, morais e o modelo médico que estão fortemente enraizados socialmente, a exclusão de sujeitos era e ainda é uma prática constante, ou seja, a eliminação de pessoas indesejadas do convívio da sociedade (FOUCAULT, 1991).

A distinção dos sujeitos surdos nem sempre foi feita entre os deficientes físicos e mentais e nem mesmo aos pobres. Os sujeitos surdos geralmente eram assimilados aos marginais, excluídos da sociedade, como objetos de compaixão ou ainda em um trabalho de esforço de conciliação cristã. Nesta época, geralmente nos mosteiros, os monges beneditinos inseriam os surdos em suas atividades manuais, mas em nenhuma atividade intelectual.

Nesse período, não havia a preocupação de formação educacional de sujeitos surdos, pois os surdos não eram vistos como indivíduos produtivos ou úteis à sociedade, muito menos, reconhecidos como cidadãos, assim sendo, as próprias famílias escondiam seus filhos surdos pela vergonha de ter uma criança fora dos padrões normais (STROBEL, 2006).

A partir do século XVI, surgem os primeiros pedagogos para surdos. Neste sentido a educação e a inclusão na sociedade começam a ser pensadas de forma séria. Esta preocupação educacional de surdos deu lugar às aparições de numerosos professores que desenvolveram, ao mesmo tempo, seus trabalhos com os sujeitos surdos e de maneira independente, em diferentes lugares da Europa.

No século XIX, o atendimento era voltado à filantropia e ao assistencialismo; os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias às instituições e asilos, em regime de internato até que estivessem aptos para retornar para o convívio familiar, o que ocorria no início da idade adulta.

No século XX, emerge a preocupação de resgatar os surdos do anonimato e trazê-los ao convívio social, como sujeitos de direitos que mereceriam a atenção de todas as instituições educacionais organizadas e assim, ocorreu a expansão do atendimento especializado, com as campanhas de prevenção e identificação da surdez.

1.1 SURDO NO BRASIL

Em relação ao Brasil, têm-se informações de que em 1855 chegou ao país o professor surdo francês Hernest Huert, vindo a convite do imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação de duas crianças surdas. Estas tinham bolsas de estudo que eram pagas pelo governo (GOLDFELD, 1997).

Em 26 de setembro de 1857, é fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), onde era utilizada a língua de sinais. Porém, seguindo a tendência determinada pelo Congresso de Milão (1880), em 1911, o INES estabeleceu o oralismo² como método de educação dos surdos.

No final da década de 1970, chega ao Brasil a filosofia da Comunicação Total. Na década seguinte, a partir das pesquisas da professora de Lingüística Lucinda Ferreira Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais³ (LIBRAS), começa a ganhar força no país a filosofia do Bilingüismo⁴. Grande evolução ocorre a partir de 1970 na educação brasileira. O Instituto Santa Terezinha, na cidade de Campinas (antigo internato para meninas surdas), deu início ao trabalho de integração dos alunos portadores de deficiência auditiva no ensino regular. Ainda nesta mesma década chega ao Brasil a Comunicação Total, que tinha como objetivo: fornecer à criança a possibilidade de uma comunicação real com os pais e professores, para que possa construir o seu mundo interno (DEBUS; MÜLLER, 2006).

Na década de 1980, o Instituto Santa Terezinha deixa de fazer o uso da abordagem oralista enfocando uma abordagem bimodal⁵, com crianças que não foram bem sucedidas com o oralismo imposto até este período.

Neste mesmo período, inúmeros órgãos educacionais substituem suas formas de processo de aprendizagem, enfocando também a Língua dos Sinais. Reconhece-se, portanto, que somente a oralidade não é suficiente na aprendizagem do aluno surdo.

Para se ter uma idéia da população brasileira com deficiência auditiva cabe mencionar alguns dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo de 2000, o qual aponta um número aproximado é de 5,7 milhões de pessoas com algum problema relacionado a audição. Estima-se segundo dados da Organização Mundial

²Derivado de oral significa o procedimento verbal, ou seja, tudo que se faz verbalmente.

³A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão entre as comunidades de pessoas surdas no Brasil. Ganhou esse status porque surgiu naturalmente assim como a língua portuguesa e atualmente é de grande importância na comunicação no território brasileiro. (WIKIPEDIA, 2007).

⁴Essa abordagem pretende que ambas as línguas – os sinais e a oral – sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira /prejudique a outra. Elas se destinariam a situações diferentes.

⁵Uma abordagem bimodal neste sentido quer dizer a leitura e a escrita.

de Saúde (OMS), que 10% da população mundial possui algumas deficiências físicas, visuais, auditivas ou mentais. A estimativa de deficiência auditiva no Brasil segundo essa organização é em torno de 1,5% da população (FURTADO, 2007).

No Brasil, os serviços prestados aos surdos ainda são muito poucos. Diferentemente de diversos países desenvolvidos, raros são os programas na televisão brasileira apresentados em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ou que sequer possuam legenda oculta. Além disso, há um descaso quanto à necessidade de intérpretes em locais como hospitais, repartições públicas, delegacias, fóruns, etc. No entanto, houve muitos avanços no que diz respeito às políticas de atendimento voltadas para os deficientes incluindo os surdos, mas ainda são necessárias melhorias para um atendimento mais democrático, uma vez que:

Um dos problemas, na minha opinião, é a confusão que se faz entre democracia e tratamento igualitário. Quando um surdo é tratado da mesma maneira que um ouvinte, ele fica em desvantagem. A democracia implicaria, então, no respeito às peculiaridades de cada aluno – seu ritmo de aprendizagem e necessidades particulares (SKLIAR, 1999 *apud* STROBEL, 2006, p.6).

É fundamental reconhecer que em um processo democrático as individualidades devem ser respeitadas, ou seja, o tratamento igualitário não pode tornar genéricas situações particulares.

1.2 ANÁLISE CONCEITUAL

O conceito de surdez, como qualquer outro conceito, sofre mudanças e se modifica no transcurso da história. Historicamente se sabe que a tradição médico-terapêutica influenciou a definição da surdez a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez.

- Deficiente Auditivo e Surdo.

Conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 a deficiência auditiva é a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis. Há diferentes tipos de perda auditiva. São chamados de surdos os indivíduos que tem perdas parciais ou totais, congênitas ou adquiridas, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. O Decreto acima citado também estabelece o grau de surdez:

- a) de 25 a 40 decibéis⁶ (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia; (BRASIL, 1990).

Para esclarecer melhor o termo em relação à surdez se observa a seguinte classificação:

a) Parcialmente Surdo

Surdez leve: pessoa que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que a pessoa perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, essa pessoa é considerada como desatento, solicitando freqüentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

Surdez moderada: pessoa que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Nesse limite se encontra o nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. São freqüentes o atraso da linguagem e a alteração articulatória, havendo em alguns casos, maiores problemas lingüísticos. Essa pessoa tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

b) Surdo

Surdez severa: pessoa que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda apenas vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

⁶É a medida da intensidade ou volume dos sons é medida em unidades chamadas decibéis, abreviadas para dB. Sessenta dB é a intensidade do som de uma conversa, e 120 dB a de um avião a jato. Se uma pessoa "perder" 25 dB de volume, poderá ter problemas de audição. A perda de 95 dB pode ensurdecer totalmente uma pessoa (INES, 2007).

Surdez profunda: pessoa que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um bebê de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que não possui modelo para dirigir suas emissões. (DEBUS; MÜLLER, 2006).

Usar a palavra surda, muitas vezes, é contraditório e capaz de confundir uma vez que, mesmo em indivíduos com perda auditiva profunda, há resíduos auditivos vistos em exames audiológicos específicos.

Alguns especialistas e algumas pessoas surdas rejeitam o uso dessa palavra, argumentando que raramente alguém é realmente surdo, pois sempre resta alguma audição residual. Consideram que referir-se a alguém como “surdo” pode ser um prognóstico auto-realizável. O termo “deficiente auditivo” passou a ser usado para referir a todos os graus de perda de audição e em alguns livros sobre o assunto, jamais mencionam a palavra “surdo”. No entanto, no cotidiano a palavra surda é usada frequentemente não implicando em ausência total de audição (DEBUS; MÜLLER, 2006).

Mas ultimamente se nos depararmos com uma pessoa com deficiência auditiva, ela irá preferir que seja chamada de surda, do que de Deficiente Auditivo, por ser menos discriminatório e não lembrar da deficiência. Entretanto, algumas pessoas ainda usam o termo surdo-mudo. E os surdos ao serem chamados assim, respondem imediatamente que não são mudos, e sim surdos, pois uma pessoa muda é aquela que tem problema nas cordas vocais e não conseguem emitir nenhum som. (DEBUS; MÜLLER, 2006).

Após esta breve síntese, já conhecendo um pouco mais sobre o histórico e a conceituação de surdez, torna-se importante conhecer também sobre o grupo de referência o qual este pertence: a família.

1.3 CONCEITO DE FAMÍLIA

Etimologicamente, o termo família encontra sua origem na palavra que descende do substantivo feminino latino, “*famulus*”⁷. Este termo foi criado na Roma antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também a escravidão legalizada.

Nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que muitas pessoas se encontravam sob a autoridade do mesmo chefe. Na Idade Média as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias.

Com a Revolução Francesa surgiram os casamentos laicos⁸ no Ocidente e, com a revolução Industrial, tornaram-se freqüentes os movimentos migratórios para cidades maiores, construídas em redor dos complexos industriais. Estas mudanças demográficas originaram o estreitamento de laços familiares e as pequenas famílias, num cenário similar ao que existe hoje em dia (MOREIRA, 2001 *apud* WIKIPEDIA, 2007).

Na cultura Ocidental, uma família é definida especificamente como um grupo de pessoas de mesmo sangue, ou unidas (como no casamento e na adoção).

No dicionário Aurélio família se define como pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente pai, mãe e os filhos. Pessoas do mesmo sangue, ascendência e ou conjunto de gêneros.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos artigos 19, 22 e 25, entende por família a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, preconizando a convivência familiar e comunitária, bem como, o dever dos pais em relação ao sustento, guarda e educação dos filhos.

A família do ponto de vista cultural é tida como o organismo ético, moral, religioso e social mais importante do segmento humano, por isso, é alvo de reflexão mundial, razão pela qual possuem no cenário universal os mais variados conceitos e definições.

Notadamente, a família é sem exceção à regra o primeiro grupo social a que se pertence, entre todas as instituições sociais é aquela com a qual se mantém o contato mais íntimo.

Grande parte da vida e os acontecimentos importantes como o nascimento, casamento e a morte, são vividos na família, assim, em razão destas funções e de tantas outras, a família é considerada a instituição humana fundamental na sociedade. Teve notável

⁷Escrava Doméstica (WIKIPEDIA, 2007).

⁸A palavra laico é um adjetivo que significa uma atitude crítica e separadora da interferência da religião na vida pública das sociedades contemporâneas.(WIKIPEDIA,2007).

evolução, foi marcada de avanços e retrocessos, conquistas e derrotas, porém, estável e extraordinária e por nenhuma outra foi superada quanto a sua durabilidade.

Os princípios da Norma Operacional Básica (NOB) da Política Nacional de Assistência Social explicitam:

‘O princípio da matricialidade familiar que resgata a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social’. Supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços, de aliança ou afinidade, onde vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; essa família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder a seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência. Tal princípio reafirma ‘o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família e não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade’. Mostra que não existe um modelo idealizado de família, mas sim que resultam de uma pluralidade de arranjos estabelecidos das famílias (NOB, 2005 apud WANDERLEY, 2006, p.13-14).

Vários são os conceitos sobre família, conforme já citados, embora haja convergência entre eles em algum ponto. Todavia, em que pesem os momentos de crise por que passou e passa a sociedade, a entidade familiar tem demonstrado grandes capacidades de resistência e de adaptação no que diz respeito à manutenção da ordem social apesar de às vezes estar fragmentada e redimensionada.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre sujeitos e a coletividade, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS/OMS), a família desempenha as seguintes funções:

- Reprodução e regulação sexual - garantindo a perpetuação da espécie;
- Socialização e função educativa – transmitindo a cultura, valores e costumes através das gerações;

- Manutenção e produção de recursos de subsistência – determinando a divisão do trabalho de seus membros e condicionando a contribuição para a vida econômica da sociedade (ROCHA; TASSITANO; SANTANA, 2007).

Neste ponto não podemos esquecer da dinâmica intensa da história, pois a família também passa e passou por várias transformações, acompanhando o movimento histórico de cada época e exigindo adaptações e transformações quanto a seu conceito e as suas funções. São processos constituídos de “rupturas e continuidade” que expressam a dinâmica da vida social.

1.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

É indiscutível a importância da família no desenvolvimento de crianças/adolescentes. A família é o núcleo social básico, das relações aí estabelecidas vão depender as relações interpessoais de seus integrantes. Deste modo, à família constitui o primeiro o mais fundante e o mais importante grupo social de toda pessoa, bem como, o seu quadro de referência, estabelecido através das relações que a criança criou durante o desenvolvimento.

A família tem um papel importante tanto no nível das relações sociais nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre indivíduo e sociedade, que apreendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele, sendo ela a formadora da nossa primeira identidade social.

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, quando declara que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 2004). Endossando, assim o artigo 16, inciso II, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na própria Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dentre outras.

Mesmo reconhecendo a importância da família na vida social merecedora da proteção do Estado, essa proteção tem sido cada vez mais questionada, na medida em que a realidade sinaliza processos de finalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesta conjuntura, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) destaca o papel da

matricialidade sócio-familiar que pressupõe a garantia de condições para que a família possa prevenir, proteger, promover e incluir seus membros. Neste sentido, a formulação da Política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias e de seus membros.

Nas ações educacionais, as experiências da vida familiar estão sempre presentes, podendo auxiliar ou dificultar o processo de desenvolvimento das crianças/adolescentes. O que a pessoa é, depende de como são estabelecidas as relações familiares, as quais sempre estarão refletidas no decorrer de sua vida (LIMA; MAIA; DISTLER, 1999).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) está explicitado o reconhecimento da importância da família para os processos educacionais, que estabelecem a incumbência das instituições de ensino e de seus docentes se articularem com as famílias, visando integrá-las à escola e auxiliarem a fortalecer os vínculos familiares.

No caso específico das famílias que tem pessoas com deficiência auditiva o processo educativo é mais complexo, pois a família assume um papel significativo no desenvolvimento da criança/adolescente, principalmente da criança com deficiência auditiva, pois ela é uma das instâncias responsáveis para suprir, por meio de diálogo contextualizado, a falta de informações a que os surdos estão sujeitos (GOLDFELD, 1997).

Há uma crise a ser inevitavelmente vivida, por que não podemos subestimar a angústia da mãe e do pai. Há momentos, inclusive que ela é maior do que a do filho, pela ausência de diálogo, pela solidão que pode levar pais e mães a quadros depressivos, embora aos olhos dos outros pareçam estar suportando tudo muito bem (MANNONI, 1985 *apud* BISOL, 2004).

Em geral a chegada de uma criança que apresenta algum tipo de deficiência torna-se um evento traumático e desestruturador que interrompe o equilíbrio familiar. O impacto inicial e suas proporções e profundidades estão ligados diretamente à dinâmica interna de cada família e de seus membros.

É inegável que a família deva assumir sua parte da responsabilidade, pois é dentro dos limites desta unidade social que a criança apresenta o tipo de ser humano que a sociedade determina como *normal*. Porém, a sociedade tem dificuldades em conviver com diferença, apontando muitas formas de discriminação às vezes inconscientes.

Em relação à educação é a família que poderá trazer predominantemente segurança à criança, para que possa mostrar todas as suas habilidades e até ser conhecida por ela, às capacidades e possibilidades até então desconhecidas. O nível de relacionamento dentro da família passa a compreensão de que é possível criança na escola responder positivamente a

seus limites e assumir tarefas próprias de sua idade (BOMBARDELLI, 2002, p.25).

A pessoa surda não é diferente das outras pessoas têm a mesma capacidade de perceber a maneira como a tratamos e tirar dessa percepção vantagens, prevalecendo-se do seu déficit auditivo para obter um pronto atendimento das suas vontades e caprichos.

[...] é na atitude da família e de educadores que a criança se espelha para enfrentar as dificuldades sociais. Se houver constrangimento ela se sentirá diferente, preferida, se houver naturalidade tudo se tornará mais fácil para ela. [...] É comum encontrarmos reivindicações de atenção e afeto de crianças normais que possuem irmãos deficientes, ou mesmo hostilidades em relação a estes, por ciúme, devido a maior atenção dada ao deficiente por parte da família. Todos nós, pais e educadores temos que estar sempre atentos para dedicarmos ao deficiente da audição um atendimento igual ao de qualquer outra criança (COUTO, 1985, p. 73).

O papel da família, neste contexto, pode ser de atuar de forma bastante positiva como mediadora entre sociedade em que seu filho terá que viver e o ambiente consciente e respectivo que ela pode lhe oferecer. Torna-se prudente, a família entender que somente assim poderá ajudar seu filho a redimensionar os seus sentimentos em relação à própria dificuldade e perceber-se como uma pessoa completa.

Deste modo, é essencial para a vivência do surdo tratá-lo de uma forma natural, mantendo um relacionamento sincero, para que, desde cedo tenha consciência de sua deficiência e com isso tornar-se um adulto responsável conhecedor de seus direitos e deveres e preparado para enfrentar a vida como qualquer outro cidadão.

Diante destes aspectos envolvendo família e surdez, no município de Toledo existem ações voltadas para esses atores sociais no sentido de possibilitar maior acesso a informação, a comunicação e uma participação mais efetiva na sociedade. Neste sentido a APADA é a instituição que busca atender as demandas referentes às famílias, e principalmente, aos surdos a ela vinculados.

2 MUNICÍPIO DE TOLEDO

O município de Toledo situa-se na Região do Oeste Paranaense. Sua colonização e ocupação ocorreram a partir das décadas de 1940 e 1950, sendo que, em 1960, havia apenas cinco municípios na região: Foz do Iguaçu, Cascavel Toledo, Guaíra e Guaraniaçu.

Toledo surgiu quando a Indústria Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – “MARIPÁ”, começou a explorar uma área de terra adquirida dos ingleses, a Fazenda Britânia. A atividade inicial era a exportação de madeira para a Argentina e para o Uruguai. Os colonizadores eram famílias de pequenos proprietários do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fundamentalmente descendentes de alemães e italianos, detentoras de tecnologias herdadas de seus ancestrais europeus (NIEDERAUER, 1992).

A suinocultura, que era atividade complementar para os pioneiros, foi desenvolvendo-se na década de 1950, levando à fundação do Frigorífico Pioneiro S/A. Mais tarde, em 1964, este foi adquirido pelo grupo Sadia, que deu ao município um dos maiores frigoríficos da América Latina, trazendo consigo um enorme progresso para a região. A produção da suinocultura não é só um dos principais itens do Produto Interno Bruto (PIB), como também um símbolo do município, evidenciado na realização anual da Festa Nacional do Porco no Rolete, hoje, prato típico de Toledo e do Paraná (NIEDERAUER, 1992).

Na década de 1960/1970, a modernização agrícola imprimiu novas relações no campo e a especialização agrícola favoreceu a monocultura, a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização, uma vez que a força de trabalho na lavoura foi substituída pela máquina. Dessa forma muitos agricultores vendiam suas pequenas propriedades rurais em busca de novas fontes de renda. No entanto, a falta ou a insuficiente qualificação era um obstáculo para conseguir um emprego e com este um salário que pudesse garantir a subsistência. Estes fatos demandaram ações na área social que passaram a necessitar de entidades de promoção e assistência social.

A avicultura também teve um grande impulso a partir do ano de 1979, com a implantação da produção avícola em moldes industriais. Representa em valores o maior item de produção do município.

Outros segmentos se destacam, indicando uma diversificação de atividades: pecuária de leite, piscicultura, indústria de bebidas, têxteis, metalúrgicas e outras. Uma das indústrias que vem ocupando o cenário do município e do país é a Indústria Farmacêutica, com a produção de medicamentos genéricos.

A sociedade toledana desperta para a necessidade de preservação e recuperação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentado, apresentando indicadores de evolução nos mais diversos setores, como, por exemplo, nos esportes e na cultura, evidenciando a preocupação em melhorar em índices de qualidade de vida (TOLEDO, 2007).

A principal fonte de renda do município de Toledo deriva-se da agricultura, onde os seus produtos estão vinculados na maioria à agroindústria. Quanto ao nível tecnológico, a produção agrícola é em sua maioria profissionalizada, com técnicas de produção fundamentadas na mecanização, aliada a uma melhoria na conservação de solos, propiciando introdução de novas variedades, além da adoção do plantio direto realizado praticamente em todo município. Os principais produtos cultivados são: soja, trigo, milho e mandioca.

Atualmente o município de Toledo conta aproximadamente com 109 mil habitantes e está em 3º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as 10 maiores cidades do Paraná, ocupa o 9º lugar em arrecadação do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) do Paraná e o 10º lugar em Produto Interno Bruto (PIB) total do Paraná. (TOLEDO, 2007).

Em relação à educação, o município conquistou o 3º lugar no Paraná e o 13º no país em qualidade de ensino, entre as cidades com mais de 100 mil habitantes. Este ainda conta com escolas municipais, estaduais, particulares e atualmente com seis instituições de nível superior (Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Paranaense (UNIPAR), Faculdade Assis Gurgaz (FASUL), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e a extensão da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) de Londrina); atendendo assim toda a sua clientela e ainda pessoas de outros municípios, até mesmo outros Estados. (TOLEDO, 2007)

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARA SURDOS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

O trabalho com os surdos no município de Toledo iniciou no ano de 1977 com salas especiais para surdos em anexo a Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros – Educação Infantil e Ensino Fundamental os quais apresentavam grande dificuldade de aprendizagem. Essas salas eram mantidas pela Prefeitura Municipal com apoio das Senhoras Rotarianas de Toledo no que diz respeito à aquisição de material pedagógico, ampliação e incrementação das salas de aula e reforço da merenda escolar. (DEBUS; MÜLLER, 2006).

Em 1977, foram instituídas as primeiras salas de Educação Especial, com professores especializados para atender os Deficientes Auditivos. As salas especiais foram sendo equipadas com os recursos e materiais pedagógicos, gradativamente, de acordo com as necessidades que surgiam.

Desde a fundação da Escola Especial, as crianças com deficiência auditiva freqüentavam as escolas municipais de 1ª à 4ª séries, para receberem conteúdos curriculares num período e, no outro período, freqüentavam a Escola Especial, a qual trabalhava a parte específica para a audição e o reforço escolar. A idéia da fundação da APADA-Associação de Pais e amigos de Deficientes Auditivos - iniciou-se no dia 27 de junho de 1987, através de uma reunião realizada com os dirigentes da APAS – Associação dos Pais e Amigos dos Surdos – de Curitiba, juntamente com os pais e professores das classes especiais de Deficientes Auditivos do Município de Toledo. Este encontro aconteceu devido a solicitação dos professores e pais de alunos das classes especiais. Após este encontro realizou-se uma reunião com os pais e professores para uma eleição de uma diretoria provisória, com o nome de APAS, que providenciou a documentação da associação, passando se chamar APADA. (DEBUS; MÜLLER, 2006).

A diretoria desta associação deu continuidade na mobilização de sua legislação, sendo que em 18 de maio de 1988, registrou-se junto ao cartório de Toledo seu primeiro estatuto como uma sociedade civil, filantrópica assistencial e educacional, sem fins lucrativos, na forma da lei e fundada em 27 de junho de 1987, como APADA.

Baseada na perspectiva de criação de uma escola especializada para surdos, foi fundada no dia 15 de maio de 1988 a Escola Especial, que foi então nomeada como Escola Especial Mundo da Fala, nome escolhido pelos professores que atuavam nas classes especiais da Escola Borges de Medeiros e aceito pela diretoria da APADA.

A partir da fundação da Escola Especial Mundo da fala, a APADA passou firmar convênios com o Estado e o Município e receber cedência de professores e auxílio na merenda escolar. Através de convênios junto à extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), contratou-se psicólogo, fonoaudiólogo e Assistente Social.

Do período da fundação da Escola Especial Mundo da Fala até abril de 1993, esta funcionou anexo à escola Municipal Borges de Medeiros. A partir desta data a Escola passou a funcionar na Rua Dom Pedro II, num espaço cedido pelo grupo Sperafico. Em 02 de maio de 1989 foi aprovada a construção da escola em um terreno cedido pela Prefeitura.

No ano de 1995 iniciou-se a construção da escola e em 1996, passou a funcionar na Rua Caetano Severino Perin, esquina com a Rua Colômbia, nº. 32, Jardim Gisele, onde está localizada até os dias atuais.

Em 1998, foi efetivado o plano de implementação do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), e este aprovado em fevereiro de 1999, pela Resolução nº 871/99, passando a se chamar Escola de Educação Especial Mundo da Fala – Ensino Fundamental.

No período matutino atendia crianças de 1ª à 4ª séries, as quais recebiam todo o conteúdo do currículo escolar em LIBRAS, pelo próprio professor da turma, exercendo ele mesmo as duas tarefas: a de ensinar os conteúdos e a de repassar estes mesmos conteúdos em LIBRAS; no período vespertino, continuam a atender estas crianças e os adolescentes, alunos que freqüentam o Ensino Fundamental – Séries Finais e Ensino Médio em outras escolas do município, para o apoio pedagógico especializado e que diz respeito à Educação Especial, como atendimento fonoaudiológico, psicológico, de assistência social, iniciação ao trabalho, além de participarem de projetos como: natação, capoeira, computação, e outros.

Em 1999, formou-se a primeira turma de 4ª série, que no ano de 2000 ingressou na 5ª série do Colégio Estadual Jardim Gisele, participando assim, da iniciação do processo da Política de Inclusão deste mesmo Colégio, sendo a primeira turma de Deficientes Auditivos do município a participar em conjunto com alunos ouvintes em escola regular e contando com o apoio de um professor-intérprete.

Em 2002 novamente foi alterada a nomenclatura, por sugestão do Departamento da Educação Especial do Estado Paraná, de Escola de Educação Especial Mundo da Fala – Ensino Fundamental, para APADA de Toledo – Escola para Surdos – Ensino Fundamental.

Em 2007, a APADA atende 76 alunos surdos do município de Toledo e de municípios vizinhos, que não contam com uma escola especializada no atendimento de alunos com surdez.

Neste mesmo ano, a APADA tem alunos cursando o Pré-escolar, 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, Apoio Pedagógico de 5ª a 8ª série e o Ensino Médio. Ainda conta com apoio pedagógico para alunos que estão cursando o Ensino Superior.

Os alunos do pré-escolar e 1ª a 4ª série, estudam somente na APADA, recebendo todo o conteúdo das aulas em LIBRAS. Os alunos de 5ª a 8ª série e Ensino Médio, estão matriculados também no ensino regular, no período da manhã, freqüentando outras escolas do

município⁹ que tem projeto de inclusão de alunos surdos. Estes têm apoio de um professor intérprete de LIBRAS, para auxiliar na comunicação e no entendimento das disciplinas. No período da tarde estudam na APADA para receber o apoio pedagógico que compreende no auxílio das tarefas escolares e a participação nos projetos que a APADA desenvolve como: Projeto de Língua Portuguesa, Projeto de Letramento¹⁰, Projeto de Matemática, Artes, Informática, Projeto de Prevenção da Gravidez na Adolescência, Projeto de segurança alimentar e diversas oficinas.

Na APADA também são oferecidos cursos de LIBRAS para todas as pessoas que tiverem interesse em conhecer esta modalidade de comunicação, em vários horários e dias semanais com o objetivo de possibilitar o acesso a todos os interessados.

Uma das ações dirigidas às famílias, é o grupo de mães que se reúnem semanalmente para confeccionar trabalhos artesanais, com a finalidade de aproximar família-Instituição sendo um espaço de troca de experiências.

Um dos projetos inovadores que está sendo desenvolvido na APADA pela equipe técnica (assistente social e psicóloga) neste ano, está voltada para o encaminhamento dos surdos para o mercado de trabalho com a finalidade de capacitá-los para este fim.

A escola exerce um papel importante na construção da identidade das pessoas surdas, sendo o espaço de informação, orientação, e organização do deficiente e sua família, colocando-se como motivadora da política que atende essa área, não só para o município, mas para toda a região Oeste.

Atualmente quem mantém a escola é a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (APADA), através de convênios com o Estado e Município, Secretaria da Assistência Social e promoções junto com a comunidade e também por uma malharia anexo à escola.

No capítulo seguinte aborda-se a metodologia deste trabalho, bem como a pesquisa empírica onde se busca analisar junto às famílias alguns aspectos relacionados a surdez.

⁹As Escolas Estaduais que desenvolvem projetos de inclusão de surdos no município, são o Colégio Estadual Jardim Porto Alegre, o Colégio Estadual Jardim Gisele e o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA).

¹⁰Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. (SOARES, 2007).

3 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da experiência do Estágio Curricular em Serviço Social, realizado na APADA de Toledo – Escola para Surdos - Ensino Fundamental, no período de março de 2006 a novembro de 2007. Essa Instituição trabalha com pessoas que tem alguma deficiência auditiva. Neste período despertou por parte da acadêmica, o interesse em conhecer mais profundamente os surdos, bem como, as suas famílias e a importância destas no desenvolvimento dos seus filhos surdos. Para obter mais conhecimentos desta realidade foi desenvolvido um processo de investigação por meio de uma pesquisa científica entendida como um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento. Deve ser de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnica específica e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica (RUDIO, 2001).

No processo de investigação social, a primeira tarefa é escolher o problema a ser pesquisado. Este deve ser claro, preciso e delimitado a uma dimensão viável, especificamente, como problema desta pesquisa destacou-se a seguinte indagação: A família tem uma participação efetiva no processo de desenvolvimento dos seus filhos surdos? (GIL, 1999).

A partir da formulação do problema, definiu-se como objetivo geral analisar a importância da família no desenvolvimento da criança surda na APADA do município de Toledo. E para a compreensão e uma análise mais aproximada escolheu-se alguns objetivos específicos como: levantar o perfil quanto à escolaridade das famílias que tem pessoas com deficiência auditiva; como estas participam da vida escolar de seus filhos na Apada ; verificar de que maneira se comunicam com os mesmos; conhecer se existem e quais dificuldades os pais encontram em participar efetivamente na APADA; e quais os serviços e ações que a APADA oferece para a integração com as famílias.

Para alcançar os objetivos propostos formulou-se algumas questões que nortearam as entrevistas como Qual a escolaridade das famílias? De que forma as famílias se comunicam com seus filhos surdos? A família participa da vida escolar dos filhos surdos? Existe uma interação das famílias com a APADA? Para compreender estas indagações foi desenvolvida uma pesquisa, que teve como proposta descobrir resposta para o problema mediante o emprego de procedimentos científicos, a partir dessa compreensão se define pesquisa social como processo que utiliza a metodologia científica, pela qual se obtém novos conhecimentos no campo da realidade social (GIL, 1999).

Optou-se por uma abordagem qualitativa que possibilita uma maior compreensão da temática, assim como uma maior abrangência dos objetivos pré-estabelecidos e conhecimento dos sujeitos pesquisados. A pesquisa qualitativa permite analisar os vínculos indissociáveis que existem nas ações particulares e no contexto social em que tais ações se dão (MINAYO, 1994).

O método escolhido para a pesquisa foi o estudo de caso que é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita um conhecimento amplo e detalhado. (GIL, 1999).

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de um contexto de uma realidade, quando as fronteiras entre fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência (YIN *apud* GIL,1999).

Nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo, é essa parte que vai representar toda a população que se pretende estudar (GIL, 1999).

Do universo de setenta e cinco famílias que tem vínculo com a APADA definiu-se através de uma amostragem intencional os sujeitos da pesquisa. Assim, entrevistou-se seis famílias onde algum membro apresenta algum tipo deficiência auditiva e a coordenadora pedagógica da APADA. A coordenadora ao ser procurada para marcar a entrevista nos deu liberdade para, na elaboração da pesquisa escrita, não omitir sua identidade, podendo inclusive citar seu nome. No entanto, para as famílias entrevistadas serão resguardadas as suas identidades não usando seus nomes como forma de preservar a privacidade das mesmas. As informações obtidas através destes foram simbolizadas através de códigos (M1, M2, M3, M4, M5 e M6).

A amostra utilizada para a coleta de dados foi por tipicidade ou intencional que constitui-se “[...]um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população[...]” (GIL,1999, p.104).

Como técnica de pesquisa para coleta de dados, utilizou-se a entrevista individual com a elaboração de um roteiro de perguntas semi-estruturadas, permitindo que o entrevistado não se prenda apenas as questões feitas, para possibilitar que venham ser registradas outras falas não previstas nas questões formuladas, mas que acabam enriquecendo conteúdo do trabalho. Para melhor apreensão dos dados utilizou-se o gravador como instrumento

imprescindível para que as informações coletadas fossem mais fidedignas no momento da leitura dos dados (LAKATOS; MARCONI, 1985).

Antes, porém de iniciar a pesquisa de campo, foi aplicado um pré-teste ou uma pesquisa piloto. Esta tem como uma das principais funções, testar o instrumento de coleta de dados. O pré-teste evidenciou ainda outros aspectos como questões supérfluas ou muito numerosas ou que necessitassem de complementação, podendo assim, o formulário ser melhorado. Vale lembrar que essa pesquisa piloto não será considerada na amostra final. O pré-teste é sempre aplicado para uma amostra reduzida, cujo processo de seleção é idêntico ao previsto para a execução da pesquisa. Nesta pesquisa o pré-teste foi aplicado para a mãe de um surdo (LAKATOS; MARCONI, 1992).

As entrevistas foram previamente agendadas por contato telefônico com as famílias prevendo assim a possibilidade destas em poder receber a pesquisadora no momento em que melhor lhes convier.

Uma das dificuldades encontradas por parte da pesquisadora foi justamente o agendamento das entrevistas por contato telefônico, pois na maioria das vezes o número do telefone que constava nos arquivos da APADA era antigo. Além disso, o endereço das residências não coincidia com os dados do cadastro. Isto por que quando há alterações os usuários da Instituição geralmente não atualizam esses dados junto à APADA.

A questão do endereço das residências também foi uma dificuldade, pois a pesquisadora desconhecia alguns bairros visitados. Para isso contou com a ajuda de um mapa do município de Toledo fazendo um estudo prévio do endereço e a localização dos entrevistados. Apesar das entrevistas serem agendadas com antecedência, houve situações em a família não se encontrava em casa fazendo-se necessário o retorno em outra data.

Os dados coletados foram transcritos e utilizados no TCC com a fala original dos entrevistados, não fazendo nenhuma correção gramatical das mesmas. Após o término da transcrição das entrevistas estas foram agrupadas, interpretadas e analisadas, conforme verifica-se a seguir.

3.1 A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NA APADA

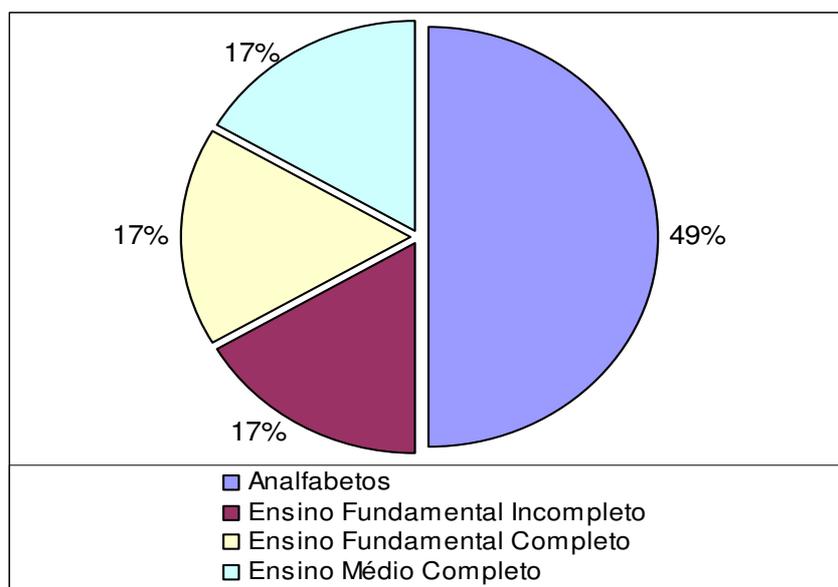
A família constitui o primeiro, o mais fundante e o mais importante grupo social de toda pessoa. É neste espaço onde se vivenciam inúmeros conflitos relacionados a fatores de ordem sócio-político-econômica e devem-se reconhecer as inúmeras limitações a que estas

estão sujeitas. No nível de processo de socialização a família assume, igualmente, um papel muito importante, já que é ela que modela e programa o comportamento e o sentido de identidade da criança, assim, esta assume um lugar relevante na unidade familiar, onde se sente segura, principalmente se a mesma tiver alguma deficiência.

Nestes itens a seguir pode ser observada a realidade concreta e o dia-a-dia vivenciado pelas famílias dos deficientes auditivos bem como as suas histórias de vida, angústias e a superação de cada caso.

3.1.1 Grau de escolaridade dos entrevistados

GRÁFICO 1 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Dados da Pesquisa

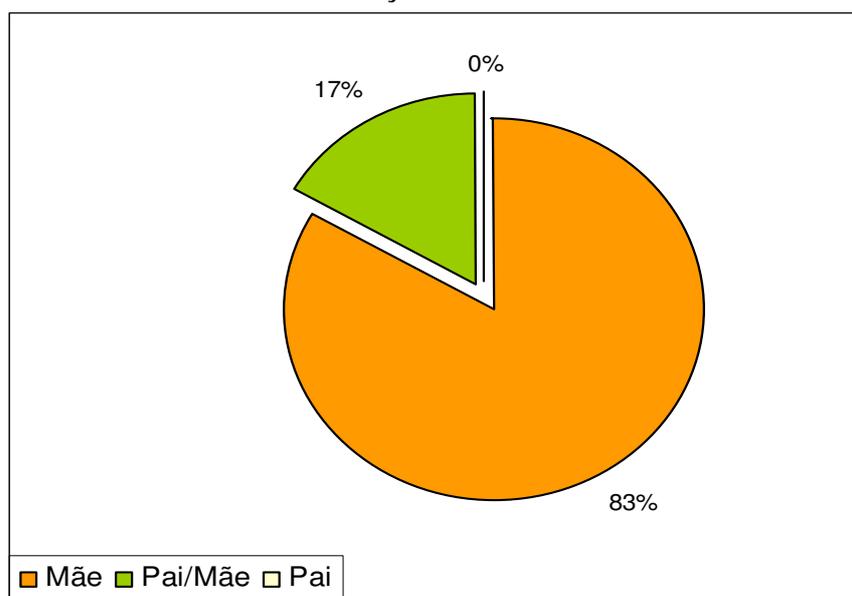
Com relação ao grau de escolaridade constatou-se, que 49% das pessoas entrevistadas são analfabetas, 17% possuem o ensino fundamental incompleto, 17% o ensino fundamental completo e 17% possuem o ensino médio incompleto. Estes dados apontam um índice de escolaridade baixa, o que dificulta as famílias a participarem do processo ensino aprendizagem, visto que 49% não sabem ler e escrever. Apesar dos dados do censo do IBGE do ano de 2000 apontarem uma queda nas taxas de analfabetismo de pessoas de mais de quinze anos de 20,1% para 13,6%, esta queda continua sendo percebida em 2002 chegando num percentual de 11,8%. No entanto apesar desta redução, o país ainda tem um total de 14,6 milhões de pessoas analfabetas (LUCENA *et.al*, 2007).

O município de Toledo é reconhecido nacionalmente, através da avaliação do Ministério da Educação, conquistou o terceiro lugar no Paraná e décimo terceiro no país em qualidade de ensino, entre as cidades com mais de 100 mil habitantes. No entanto, o município tem aproximadamente 7,57% de pessoas analfabetas com mais de quinze anos (TOLEDO, 2007).

Apesar destes dados, a pesquisa evidenciou que os índices de escolaridade das famílias ligadas a APADA que tem filhos surdos do município de Toledo são baixos, este pode ser um fator desencadeador de vários aspectos que serão analisados no transcorrer deste trabalho.

3.1.2 Participação do grupo familiar

GRÁFICO-2 PARTICIPAÇÃO NAS ENTREVISTAS



FONTE: Dados da Pesquisa

Neste gráfico apresentado, é possível verificar que a mãe ainda é a grande responsável para dar respostas e falar sobre os filhos, mesmo quando o pai participa estes aspectos giram sempre em torno da mãe. Histórica e socialmente a responsabilidade pela educação e criação dos filhos sempre foi atribuída à mulher, enquanto ao homem era reservada a tarefa de provedor do lar, ou seja, aquele que paga as contas no final do mês. Essa realidade vem mudando com a independência econômica conquistada pelas mulheres desde a década de 1970, o que redefiniu os papéis na família brasileira. Com a nova estrutura familiar

e os papéis de cada indivíduo redefinidos, a contribuição masculina na educação dos filhos, que antes era pequena, tornou-se maior.

3.2 O IMPACTO DA SURDEZ NA FAMÍLIA

Neste item estão apresentadas as respostas dos entrevistados quando perguntados sobre os impactos que as famílias tiveram ao saber que seu filho tinha uma deficiência auditiva.

[...] desde pequenininho ele era meio desligado, ele é adotado, a gente falava, falava, mas ele não prestava atenção nunca tinha passado pela minha cabeça que ele podia ser surdo [...] desde o começo o médico já falo que ele tinha vários problema, por que a mãe dele tomo tudo que sabia pra aborta, nasceu de sete mês, até um ano o médico falava que ele não ia se cria [...] quando ele tinha quatro anos mudei de médico, morava em Foz do Iguaçu e vim pra Ibema ai contei pro médico tudo , ai o médico me pediu você não desconfia que ele é surdo? Falei não, nunca me passo pela minha cabeça ai fez uns teste e falo que ele era totalmente surdo.[...] foi um choque um desespero[...](M1).

[...] sei lá, com um aninho eu já percebi que ela não ouvia direito, ainda que não deu nada mais grave (M2).

[...] meu Deus pra mim foi o fim do mundo, eu já tinha 3 filhos e os três eram normal, o que eu pude fazer pra descobrir o problema dele eu fiz, fui atrás de tudo, o que me falavam pra mim faze eu fazia, comecei pela APAE [...] (M3).

[...] eu me senti mal por que nenhuma mãe qué que um filho tem problema [...] eu percebi que ele tinha alguma coisa com um ano e seis mês [...] (M4).

[...] nossa pra mim foi demais, por que eu não sabia o que era um problema auditivo, nunca tinha visto uma pessoa assim, eu conheci depois do nascimento dela, pra mim foi cruel aceitar, mas depois fui aceitando numa boa, pra mim hoje não tem mais problema de não aceita ela [...] (M5).

[...] nossa pra mim foi um susto sabe naquele primeiro momento, mas depois fui conhecendo pessoas que já tinham passado pelo problema, aí você vê não é tudo aquilo que você acha, como no primeiro impacto, ai depois aceitei numa boa. (M6).

A família aguarda sempre ter uma criança saudável sem nenhuma deficiência, a confirmação da surdez mexe na estrutura familiar e pode agir como fonte de severas desorganizações psicológicas para o ajustamento dos pais e da família, a presença da criança surda, na maioria das vezes, terá impacto em diferentes aspectos do dia-a-dia familiar impondo vários desafios como a própria aceitação da deficiência, na comunicação, entre outros (KASHYAP, 1986 *apud* LEBEDEFF, 2001).

Geralmente a chegada de uma criança que apresenta uma deficiência torna-se um evento traumático e desestruturador que interrompe o equilíbrio familiar. O impacto inicial e a sua extensão e profundidade estão diretamente ligados à dinâmica interna de cada família e de cada um dos seus membros (PETEAN, 1995).

3.3 ORIGEM DA SURDEZ

Quando perguntadas sobre a origem da surdez dos seus filhos as famílias apontaram vários motivos, porém, o que prevaleceu foi diagnóstico de rubéola¹¹.

M1 não soube informar o real motivo da surdez de seu filho conforme relato a seguir:

[...] o médico falou que ele não nasceu surdo, ele ficou surdo depois que nasceu, tomo muito remédio, tinha muita dor de ouvido, e daí sabe naquele desespero de grito de choro, um ensinava uma coisa, outra ensinava outra coisa, era banha de lagarto era banha de galinha era um monte de coisarama que as vizinhas me ensinavam, eu não sei se foi por isso ou de tanta dor de ouvido que ele tinha.[...](M1).

Neste depoimento é possível observar como as famílias ainda têm acesso precário à informação, o que os torna mais vulneráveis a promessas milagrosas ou até mais influenciáveis na hora de tomar decisões, pois nesse caso a mãe sem o acesso a uma informação correta utilizou-se de remédios caseiros e credices populares, o que pode ter levado seu filho a surdez.

¹¹Rubéola é uma infecção caracterizada por uma mancha rosa-avermelhada que primeiramente surge no rosto e vai se alastrando para outras partes do corpo acompanhada de febre. O vírus leva três dias para completar o seu curso. Embora a rubéola seja uma doença de baixa gravidade, é muito perigosa em mulheres grávidas, pois pode causar anormalidades nos fetos como, surdez, encefalitis (inflamação cerebral) e problemas cardíacos (FAMILYNET, 2007).

Quando estava grávida de um mês descobri que o pai dele tinha outra, eu tava grávida doze dias desse piá então aquilo pra mim foi um choque muito grande, atingiu ele, ele tava em formação foi stress, tudo junto [...] (M3).

[...] deu meningite¹²e, nos morava no Paraguai lá não tem nada sê não pode ir no médico se não tem dinheiro, ele tinha bastante febre daí o farmacêutico falou que ele não ia ter mais jeito, tinha que trazer para o Brasil, como a gente era muito pobre ai eu falei vou deixa nas mãos de Deus. Se Deus quer que ele mora o que eu posso fazê [...] (M4).

Neste relato a mãe busca consolo transcendental “[...] vou deixa nas mãos de Deus [...]”, no entanto, foi a condição de pobreza que não lhe possibilitou um atendimento médico pelo qual buscava.

As outras entrevistadas M2, M5 e M6 confirmam terem adquirido rubéola enquanto estavam grávidas e este foi o motivo da surdez dos seus filhos. Embora a rubéola seja inofensiva para a mulher, a doença pode se transformar em perigo quando ela está grávida. Ao invadir o organismo, o vírus da rubéola é capaz de prejudicar o desenvolvimento do feto, principalmente no primeiro trimestre de gestação. O problema mais comum das crianças cujas mães tiveram rubéola foi a surdez (MARCONDES, 2007).

Outra questão abordada na pesquisa foi a partir de que momento os pais sentiram a necessidade de levar os filhos na APADA:

[...] foi quando vim morar em Toledo, lá no Maracanã aí me indicaram a APADA, que era muito bom a criança i ali, as que não escutava e não falava.[...] (M1).

Quando comecei leva ela no pré, por que ela tinha dificuldade de aprende[...] (M2).

[...] foi quando foi feito tudo lá na APAE, e lá não descobriram nada, e daí de lá me encaminharem na APADA ate aí eu não sabia que ele era surdo, foi através da APADA que foi feito tudo, ele ia fazer dois aninhos [...] (M3).

[...] nos viemos pra Toledo e ai eu fui à APAE, pra eles ver alguma coisa ai a gente começou ser orientada [...] ai a APAE falou que nos tinha que leva ele na APADA ai no primeiro ano não encaminhemo ele, ai no outro ano demo um jeito de leva ele [...] (M4).

¹²Doença infecciosa causada por vários tipos de germes (vírus, bactérias, fungos) que acometem as membranas do sistema nervoso central, chamadas de meninges. Eventualmente pode levar a surdez (ABCDASAUDE, 2007).

[...] pra falar a verdade assim que descobri, ela tinha quatro meses, com cinco meses já tava na Apada, não ficou nem um momento sem ir, desde que eu levei no medico e ele me encaminhou pra APADA até hoje [...] (M5).

[...] desde quando eu descobri o medico já me indicou a Apada naquele mesmo dia procurei, ele tinha um ano e dois meses, quando saiu o resultado da surdez (...) (M6).

Algumas falas relatam a associação da surdez com outras deficiências, isto se explicita quando as mães indicam que levaram seus filhos primeiramente a APAE e a seguir foram encaminhadas para a APADA.

Em outras falas, observa-se que assim que a família soube do diagnóstico da surdez, foram imediatamente procurar a APADA, no entanto, é possível verificar que a descoberta da surdez dos filhos não foi precoce, o que às vezes possibilita um atraso no desenvolvimento do surdo, pois quanto mais precocemente houver intervenção de profissionais da área, melhor será o desenvolvimento da criança surda.

O intervalo entre a suspeita da deficiência auditiva pela família e o diagnóstico deste ainda permanece longo. Os primeiros anos de vida têm sido considerados críticos para o desenvolvimento das habilidades auditivas e a linguagem, na maioria dos casos apesar da suspeita de deficiência auditiva ocorrer no primeiro ano de vida o diagnóstico ocorre somente no segundo e terceiro ano (BROWN, 2001).

A APADA no município de Toledo tem visado minimizar as implicações da deficiência auditiva no desenvolvimento de linguagem, no social, no cognitivo e afetivo das pessoas surdas, este atendimento vem sendo desenvolvido através dos programas de atendimento específico e multidisciplinar desenvolvido por esta Instituição. Por isso a importância das famílias de levarem seus filhos para este espaço em busca de orientação e de acompanhamento por profissionais habilitados para esse segmento social.

3.4 O QUE A FAMÍLIA ESPERAVA AO LEVAR O FILHO PARA APADA

Com relação às expectativas das famílias ao levarem seus filhos na APADA as respostas foram as seguintes:

[...] olha a gente esperava tudo, a gente não esperava tanto que ele fosse fala, pois o médico falou que ele não ia aprende a fala, só que a gente esperava que ele fosse estuda e ser alguma coisa no futuro [...] (M1).

A gente esperava tudo, por que ela tinha que estuda né[...] (M2).

[...] mas eu achava que ele ia desenvolve, eu tive muita esperança a partir do momento que levei na escola que ele ia ser o que ele hoje [...] (M3).

[...] a gente tava esperando que ele ia fala, ate agora a gente tem esperança que ele vai fala, eu acho que isso é meio difícil. [...] (M4).

Pra falar a verdade eu esperava o que ta acontecendo mesmo, nossa! Lá na escola é muito bom, por que eu aprendi a fala com ela e lida com ela (...) pra mim isso é por causa da APADA (M5).

Eu na minha cabeça eu achava que ele ia chega lá e começa a fala, ia se assim bem rápido, eu pensava assim aí quando cheguei lá passei pela psicóloga e pela assistente social fui conhecendo, por que não tinha conhecido ninguém, não sabia como que era, aí eu vi que não era bem assim [...] (M6).

Nos depoimentos citados, observamos que, algumas famílias almejavam que seus filhos aprendessem a falar assim que freqüentassem a APADA. Outras, no entanto, esperavam “tudo” da Escola. Mas a maior expectativa das famílias era que, seus filhos ao freqüentar as escolas especializadas iriam libertar-se da condição de não ouvir e falar. A maioria das famílias também não tinha informação alguma sobre surdez, até surgir um caso na família, a partir desse fato é que começaram a se informar.

A APADA tem por finalidade desenvolver e manter programas de ação na área da surdez, tais ações visam garantir ao surdo seu desenvolvimento global e permitir sua integração, de fato na sociedade, como cidadão ativo e participativo.

Quando perguntadas se ocorreu o que esperavam responderam:

[...] isso não ocorreu, pois ele é uma pessoa muito difícil, no jeito da gente lida com ele, eu passei ate depressão profunda por causa dele, quando ele sai fica três dias fora de casa, volta sujo, fedido com fome, ai a gente coloca ele dentro de casa, chora aconselha e fala pra ele que ele tem tudo em casa, cama comida quarto, aí ele fica dormindo dois a três dias. Já pedi ajuda pros professores [...] ele já foi agredido na rua o olho tudo roxo, ele correu e se escondeu ai as professoras me deram um papel pra leva ele num

psiquiatra com urgência [...] aí contei tudo pra ele [...] agora com os remédios ele se acalma[...] (M1).

Neste caso específico a família desabafa, e ainda, tenta transferir um problema que não cabe somente à escola, mas as profissionais da área da saúde e também da própria família. A sua fala deixa explícito que houve um encaminhamento por parte da Instituição para outros profissionais da área específica, no entanto, as expectativas quanto ao futuro de seu filho não se concretizaram porque, aliado à surdez existem outros fatores que a família tem dificuldade de aceitação, os quais foram relatados na entrevista, no entanto, não cabe a sua transcrição por serem muito particulares.

O que esperava ocorreu [...] (M2).

[...] isso aconteceu e vai acontecer mais ainda por que ele só me dá alegria na vida [...] (M3).

Mais ou menos [...] (M4).

[...] o que esperava ocorreu e ocorre até hoje. O que eu preciso quando não sei lidar com alguma coisa é só ligar lá ou ir até lá[...] (M5).

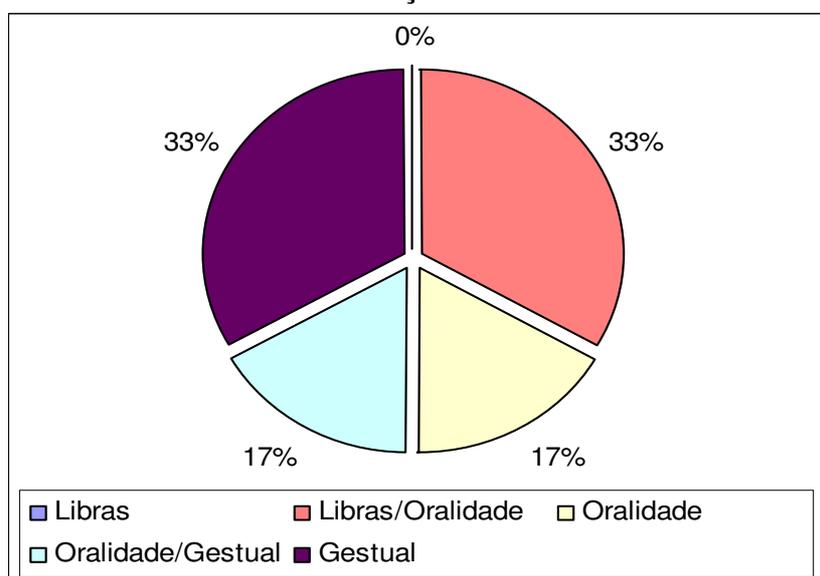
[...] isso não ocorreu por que eu pensei que ele ia falar, ia logo sair com o aparelho, ia chegar em casa escutando alguma coisa, mas isso eu pensava por que não tinha informação de como era o surdo, aí quando cheguei na escola vi como que era, conheci outros alunos, aí já me deu uma clariada, vi que era diferente[...] (M6).

Conforme alguns depoimentos nem sempre ocorreu o que a família almejava, pois em algumas situações as mães também mostraram que não tinham informações sobre o espaço institucional, à medida que tiveram contato e informações sobre surdez, às expectativas sobre a escola se modificaram, no entanto, outras afirmaram que realmente ocorreu o esperado. Analisando as respostas percebe-se a diversidade das expectativas das famílias, já que todas têm a sua particularidade. As expectativas que estavam além da possibilidade de atendimento da APADA, não se concretizaram na totalidade. Já para aquelas famílias com um conhecimento maior sobre a surdez, as expectativas eram mais reais e possíveis de serem alcançadas.

3.5 QUAL A COMUNICAÇÃO UTILIZADA PELA FAMÍLIA

As interações familiares podem ser muito prejudicadas quando os pais desconhecem e /ou rejeitam a LIBRAS. É preciso estar alerta sobre a importância do diálogo e conversações em uma língua acessível, para a aquisição da linguagem e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do pensamento e da consciência da criança surda. As relações interpessoais no ambiente social da criança surda e a língua utilizada influenciam definitivamente o seu desenvolvimento (GOLDFELD, 1997).

GRÁFICO 3 – COMUNICAÇÃO UTILIZADA PELA FAMÍLIA



FONTE: dados da pesquisa

Quanto à comunicação utilizada pelos pais com seus filhos surdos, na maioria dos casos não se utiliza a LIBRAS que é a primeira língua dos surdos. A dificuldade na comunicação é o problema básico da surdez. Com a dificuldade ou impossibilidade de aquisição da língua por meio da audição, possibilitando a comunicação, a criança surda pode apresentar um comportamento agitado e agressivo ou ainda tornar-se passiva.

A comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos pode ser muito deficitária dependendo do tipo de informação recebida após o diagnóstico dos filhos e das modificações, daí decorrentes no curso natural das comunicações familiares. Para evitar o isolamento psicológico das crianças surdas, a família ouvinte deve estabelecer contato com membros da comunidade surda e dos serviços especiais. Somente o acesso a LIBRAS por meio de

interações sociais com pessoas surdas, pode garantir práticas comunicativas apropriadas ao desenvolvimento pleno, cognitivo e lingüístico das crianças surdas, ou seja, em um atendimento com perspectiva bilíngüe (SKLIAR, 1997).

As estatísticas internacionais mostram que cerca de 95% das crianças surdas nascem em família ouvinte que geralmente desconhece, ou, se conhece, rejeita a Língua de Sinais. Essas famílias, ao ser diagnosticada a surdez dos filhos, sentem-se desamparadas e perplexas e acabam reproduzindo um preconceito contra a diferença buscando, incessantemente, a “cura”, através de tratamentos reabilitatórios. Essas atitudes têm relação com os discursos da normalização, realizados principalmente por profissionais da área da saúde com quem os pais têm os primeiros contatos e informações (SKLIAR, 1998).

Em relação às crianças surdas deve-se considerar que a maioria vem de famílias ouvintes, nas quais a língua é usada na modalidade oral, inacessível, a quem não ouve. Por não partilharem uma língua com a família, geralmente estas crianças são privadas das atividades que envolvem linguagem, como conversas e histórias. Neste sentido as crianças surdas ao entrar na escola, quase a totalidade não dispõe de uma língua com base na qual possam iniciar o processo de alfabetização.

Quando perguntadas se sentem alguma dificuldade em se comunicar em LIBRAS explicitaram o seguinte:

[...] eu sinto dificuldade, pois eu não sei nada, se soubesse ler, eu podia fazer um curso de libras, mas tem que sabe lê, e sabê o que significa a palavra. Pra gente ir lá na APADA também é difícil por que depende de circular, nem sempre a gente tem dinheiro.[...] (M1).

Não conheço LIBRAS, nunca estudei isso e a gente entende tudo que ela fala [...] (M2).

[...] eu tenho dificuldade em LIBRAS por que eu trabalho, eu nunca tive tempo de ir e participar de um curso inteiro, terminar um curso pra poder conversa com ele, tenho vontade de poder fazer, por que eu não posso conviver junto com ele se eu não entendo sua língua [...] (M3).

[...] não conheço, com isso nunca me comuniquéi [...] (M4).

[...] eu acho que um pouco, ta certo que às vez em quando eu não entendo alguma coisa que ela fala, mais ela sempre da um jeitinho dela se faz entende.[...] um pouco de dificuldade eu tenho por que depois que eu

comecei a trabalha, me afastei um pouco da escola. Quando eu tava só com ela eu sempre tava fazendo curso agora não tem como [...] (M5).

[...] Uma coisa ou outra eu não sei, já fiz vários cursos, aprendo bastante com ele também [...] (M6).

Neste item é exposto como algumas famílias têm resistência à LIBRAS e não valorizam esta modalidade de comunicação. O fato das crianças surdas serem provenientes de famílias ouvintes impõe a necessidade da exposição à LIBRAS em um ambiente que valorize essa modalidade de comunicação. Este ambiente deverá ser favorecido proporcionando o contato da família e de profissionais com adultos surdos fluentes nessa língua, os quais serão seus monitores e, principalmente, modelos positivos com que a criança pode se identificar na sua diferença (LODI; HARRISON, 1998).

As famílias também expressam as suas dificuldades em relação ao tempo disponível, pois algumas trabalham no período em que poderiam fazer o curso de LIBRAS, outras são analfabetas, o que também segundo relatos, traz muita dificuldade para o aprendizado de LIBRAS.

3.6 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

Neste item foi abordado em que momento os pais participam da vida escolar de seus filhos:

[...] quando a gente desconfia que ele aprontou alguma coisa na escola ou na APADA, aí a gente vai e quando marcam reunião, e pra conversa com a psicóloga, mas quando a gente vai lá eles falam que a gente tem que aceita ele como ele, então é muito difícil[...] (M1).

Quando tem reunião [...] (M2).

[...] quando elas precisam conversar comigo aí elas me ligam, por que desde o começo eu não posso participar de tudo que coisa que acontece na escola, por causa do meu trabalho, por que eu trabalho em restaurante [...] é uma coisa que a gente não tem horário é complicado aí [...] (M3).

[...] esse ano que nos tamo aqui eu não fui lá ainda [...] nunca mais fui até a escola [...] ele também não tá mais querendo ir na APADA não sei por que a gente manda ele, aí ele vai ate uma altura e volta [...] (M4).

[...] sempre mesmo que é possível, sempre mesmo. Eu falo lá na escola que eu não vô nas reuniões porque eu trabalho, mas sempre que eu posso, peço dispensa ao supervisor quando precisa [...] (M5).

[...] praticamente em todos os momento, só esse último mês que eu tava trabalhando que eu não consegui ir na escola, mas desde que ele entrô na escola, todo dia eu tô na escola com ele, vou buscá e converso com a professora, ajudo nos tema em casa.[...] (M6).

Somente uma das entrevistadas relatou que frequenta regularmente a escola. Algumas não conseguem participar da vida escolar de seus filhos pelo fato de não terem a possibilidade porque estão empregadas e não dispõem de tempo para tal conduta. Outras ainda só participam quando são chamadas pela coordenação da escola ou “[...] *quando aprontou alguma coisa na escola [...]*” (M1).

Neste item podemos analisar que é na família onde a educação tem o seu alicerce. A família é sempre uma organização-educandária que permite a aprendizagem de vivências coletivas desde o nascimento do indivíduo até a sua morte. Assim sendo a família torna-se responsável pela formação daquele ser dependente e imaturo, contribuindo sobremaneira para a definição e rumo da vida do filho, cuja responsabilidade poderá ser influenciada pela situação do convívio familiar inserido em um contexto maior. Cabe aos pais a tarefa de transmitir para seu filho ensinamentos, normas, atitudes, hábitos e valores que o conduzirão para a vida em sociedade. A família de pais ouvintes que tem filho surdo precisa aprender a replanejar a sua vida, traçarem objetivos e se modificar para alcançá-los. Precisa ser informada de seu papel de participante no processo educativo da criança surda. Especificamente, pai e mãe deverão tornar-se elementos ativos e produtivos na educação e formação dos filhos. A orientação familiar deve buscar a mudança de comportamento dos pais, a mobilização e engajamento nas tarefas que lhes competem executar. (STELLING, 1996).

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto. A família tem sido e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento e do caráter das pessoas.

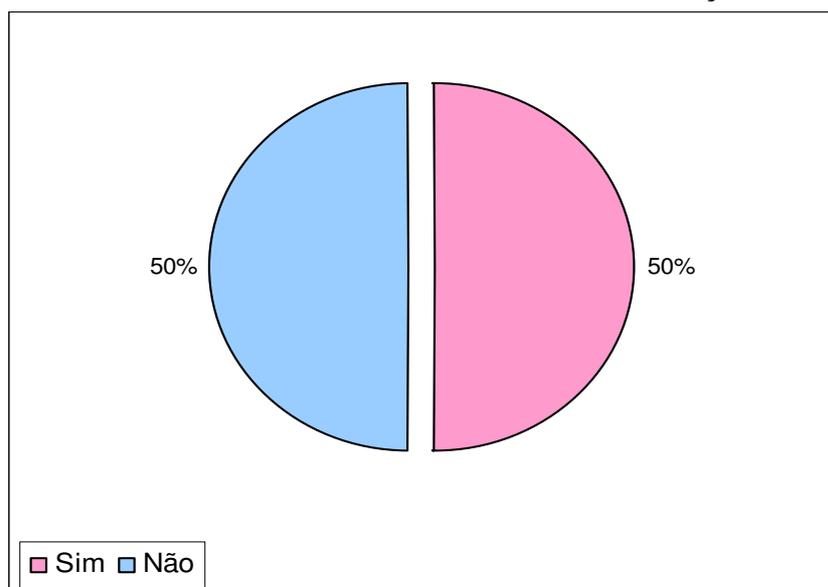
A pesquisa também mostrou que a família delega à escola responsabilidade que também são suas, esperando a escola chamar ou ir à escola quando tem reunião ou quando o aluno não vai bem. É preciso repensar e avaliar esse processo educativo.

A aproximação e parceria entre a família e a escola devem estabelecer uma relação de reciprocidade, onde a família participe mais diretamente no processo educacional de seus filhos, ajudando-os a *aprender a aprender* e a escola divida com a família o seu conhecimento sobre a criança, respeitando o desejo desta e ajudando-a a se informar e a se desenvolver, simultaneamente. (SANTOS, 1999).

No caso específico do atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais a Declaração de Salamanca¹³, documento internacional, congrega a todos os governos a encorajarem e facilitarem a participação dos pais no planejamento e tomada de decisões nos serviços especializados estabelecendo com eles uma verdadeira parceria.

3.6.1 Dificuldades de participação da família

GRÁFICO 4 – DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO



FONTE: Dados da pesquisa

Quando as famílias foram indagadas sobre as dificuldades de participação na APADA, 50% das famílias afirmaram não ter dificuldades de participar, as outras 50% afirmam ter dificuldade conforme expressaram na pesquisa:

As famílias que apresentaram ter dificuldades em participar da APADA relataram os seguintes motivos:

¹³Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (MENEZES; SANTOS, 2007).

[...] a dificuldade é que a circular é cara e só meu marido trabalha, e ir de a pé não tem como, e também tenho que cuidar de uma neta, só que quando dá nas reunião eu vou lá [...] também as veiz o pessoal atende bem, outras não, então eu tenho dificuldade de participa [...] (M1).

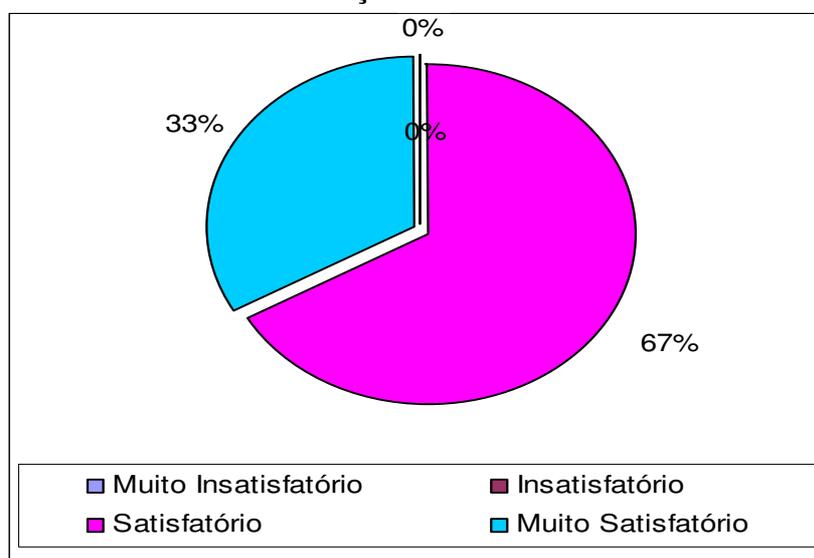
A dificuldade é por que trabalho daí tenho dificuldade de acompanha ele [...] (M3).

[...] pra mim é difícil por que a gente tem que ir a pé, não tem como a gente sair daqui, por que eu tenho outras crianças pequenas, eu não posso saí pra mim fica difíci e não tenho dinheiro sempre [...] (M4)

Segundo exposto na pesquisa, é possível verificar que algumas famílias têm dificuldades em participar da APADA, em virtude das poucas condições financeiras, estas não dispõem de recursos financeiros nem sequer para o transporte para se dirigirem para a APADA. Outro aspecto destacado por elas é o trabalho, visto que a maioria das ações que se desenvolvem na referida instituição ocorrem em horários comerciais, dificultando assim participação.

3.7 SATISFAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO DA APADA

GRÁFICO 5 – SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO



FONTE: dados da pesquisa

Neste item direcionado às famílias, perguntou-se qual o nível de satisfação de atendimento da APADA. Foi possível verificar que nenhuma das famílias julgou o atendimento como insatisfatório. Isso evidencia que o atendimento da Instituição atende às expectativas das famílias.

3.8 A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO FAMILIAR E AS AÇÕES DA APADA

Como foi proposto na pesquisa, a coordenação pedagógica também participou da entrevista, neste sentido foram elaboradas perguntas específicas à mesma, para analisar o seu ponto de vista sobre a importância da família na APADA e quais ações são desenvolvidas para as mesmas com o intuito de integrar família e escola.

Primeiramente foi perguntado à coordenação¹⁴ como acontece a integração família e escola na APADA?

A APADA sempre teve uma grande preocupação na questão desta integração, por que não existe nenhuma instituição e escola que trabalhe com deficiente sem o apoio da família, por que a família é a primeira, onde vai surgir a educação e a escola só dá a continuidade. [...] então desde que a criança entra na escola é atendida pelos técnicos e a coordenação pedagógica, tanto ela como sua família recebe apoio e orientação [...] porque a criança que dizem ser normal necessita da família, mas a criança que tem uma dificuldade necessita muito mais da família, é na infância que essa criança vai desenvolver melhor se tiver o apoio da família [...](COORD.).

A fala da coordenadora ressalta a preocupação que a Instituição tem em relação às famílias e os surdos, e apresenta a família como a primeira educadora e a escola como uma continuação desta. Na perspectiva da educação, segundo está, a Instituição tem uma equipe técnica especializada para orientar e encaminhar as famílias.

É nesta integração também que geralmente a família tem o primeiro contato com a comunidade surda e passa também a entender algo sobre esta cultura, considerando que são estas práticas que proporcionam um maior desenvolvimento e aprendizagem da pessoa surda.

No questionamento seguinte foi perguntado se as famílias buscam participar na escola para acompanhar o desenvolvimento dos filhos e de que forma isso é percebido.

¹⁴A referida coordenadora, no final desta pesquisa não fazia mais parte do quadro de funcionários da APADA.

Algumas, não são todas as famílias. Eu vejo assim, quando as crianças chegam na escola tem famílias que buscam, querem saber como que se trabalha essa questão da surdez, outras também parecem que jogam a responsabilidade toda para a escola, como se a escola tivesse como função estar educando fazendo com que ele aprenda somente na escola. Uma destas questões é a própria falta de comunicação, porque o que acontece, a família do ouvinte se comunica naturalmente, ela não precisa se esforçar para aprender outra língua, a família vai se depara quando chega uma certa idade, ela vai perceber que o que ela fala a criança não entende [...] depende também da família se esforçar pra que ela tenha uma comunicação. A família neste sentido esta deficitária, porque não consegue se comunicar, claro que tem famílias que buscam, que apreendem aceitam que seus filhos tenham uma língua diferente da sua, que ela vai se comunicar diferente. Essa criança e adolescente cujas famílias se comunicam melhor a gente percebe nitidamente que vai se desenvolver melhor. Outras famílias jogam a responsabilidade para a escola, porque quando tem algum assunto, coisas que acontecem na adolescência ou mesmo dificuldades do dia a dia elas ligam aqui na escola e perguntam como que vão fazer e pedem pra explicar certos assuntos que não conseguem entender, nestes casos a escola acaba assumindo um papel que não é só dela que é da família. Quando o filho é ouvinte a família que toma as decisões e passa grande parte das informações pra eles. Então a escola se preocupa nessa questão, que não tem como ter um bom desenvolvimento se a família não estiver junto (COORD.).

Quanto maior o envolvimento dos pais, melhor o desempenho do aluno, que ganha segurança e auto-estima. Dividindo responsabilidades, somando esforços, multiplicando resultados, poderá ser possível manter a qualidade e ampliar o desempenho escolar e pessoal dos alunos surdos. É provável que uma investigação da história de vida dos pais destes alunos aponte os fatores relacionados ao tipo de relação que esta família desenvolve com a escola e a origem de suas expectativas. Ao que tudo indica uma das formas é aproximar a escola não só das necessidades das famílias, mas também quanto de sua cultura e dos processos construtivos presentes no desenvolvimento da criança.

A coordenadora reforça na sua fala a importância da família saber se comunicar com seu filho surdo através da LIBRAS. Neste sentido a coordenadora expõe a sua preocupação em relação os pais que não conseguem se comunicar devidamente com seus filhos surdos, afetando assim, a própria relação familiar impossibilitando as orientações básicas.

No entanto a família enfrenta um grande desafio em todos os aspectos em relação os seus filhos surdos:

É imperativo que vejamos e ajudemos os pais a se verem primeiramente como pessoas iguais às outras, com as mesmas forças e limitações. [...] De início não precisam aceitar coisa alguma, exceto o desafio que acompanha o ato de assumir a responsabilidade de crescer, realizar seus potenciais, aprender e tornar-se um ser humano melhor, ao lado de suas crianças especiais [...] (BUSCAGLIA, 1993, p. 99).

Conforme a referida autora freqüentemente cobra-se dos pais que sejam superseres humanos e que, com pouca ou nenhuma orientação, enfrentem de súbito sentimentos estranhos e confusos em relação a si mesmos e aos filhos. Os pais precisam ter uma idéia vaga do que o futuro reserva para eles e para os filhos, muita esperança e encorajamento no sentido de ajudá-los a aceitar o desafio que tem pela frente.

Neste sentido foi perguntado à coordenadora o que a APADA oferece às famílias para haver essa integração:

Olha a APADA sempre oferece curso de libras e palestras as quais tiveram pouca participação dos pais vários assuntos bons, mas não houve envolvimento dos pais nesta questão. Também a escola oferece vários cursos de artesanato para as famílias. A escola oferece a psicóloga a fonoaudióloga a assistente social, a família tem a disposição estes serviços, se ela tem alguma dificuldade pode vir na escola para receber uma orientação ou algum encaminhamento. Falta de repente uma procura pela escola, quando procuram é porque estão desesperados. Acontece alguma coisa a gente acaba interferindo, muitas vezes não é da gente se interferir e agente acaba se interferindo, tentando resolver questões familiares. Na questão pedagógica a gente sempre ouve os pais e os orienta. Uma coisa que sempre falo como coordenadora quando os pais chegam aqui devem ser bem recebidos assim como os surdos porque aqui é o lugar que ele vai apreender a língua dele é dentro da escola que ele vai viver com aqueles que tem uma deficiência igual, porque é na APADA onde também se constroe uma identidade. Essa Instituição é pra eles a sua própria cultura. Todo o trabalho que a APADA tem é pra eles pro bem deles e das suas famílias, então se a família não se sentir a vontade aqui e não se envolve temos que repensar esta questão, e o que nos como profissionais podemos fazer que os pais venham mais na APADA. De repente é uma questão de você ta ouvindo os pais mais, agente não sabe a angustia que isso trouxe para eles, porque você nunca espera quando engravida ter um filho com problemas, isso também é difícil pra eles. Todas as pessoas que trabalham nesta instituição devem estar dispostas a fazer o máximo e fazer com que eles se sintam bem fazer o melhor, então nós temos essa obrigação (COORD).

Percebe-se nesta fala, que a Instituição oferece vários serviços para as famílias com a intenção que estas venham e se envolvam neste espaço e com isso percebam a importância desta relação no processo desenvolvimento dos surdos. No entanto, está implícito na sua fala que poderia haver por parte da instituição mais ações que estimulem a participação

da família, sendo necessário então que os profissionais da instituição repensem suas práticas e busquem discutir com as famílias quais os seus anseios, sugestões, críticas, no sentido de melhorar constantemente a relação família e escola. Essas práticas irão reverter em benefícios tanto para a Instituição, para a família, e principalmente, para os surdos.

CONCLUSÃO

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso propiciou à acadêmica um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre as famílias com pessoas com deficiência auditiva. A experiência de estágio e os estudos realizados na Universidade, aos quais se agregaram os estudos específicos da pesquisa, contribuíram de maneira efetiva para a realização do mesmo.

Ao longo deste processo investigativo, foi possível aproximar-se deste espaço tão complexo e importante que é a família, que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento de seus filhos principalmente quando estes possuem algum tipo de necessidade especial, neste caso a surdez.

Após o diagnóstico de surdez a família passa por um momento traumático e desestruturador atravessando por um período de luto, no qual aparecem sentimentos de ansiedade de não conformismo, de dúvidas e um grande questionamento sobre a perda auditiva. É nesta hora que se torna muito importante a orientação, mostrando à família que, apesar da surdez, seu filho é uma pessoa normal, mas que precisa de um atendimento especializado para desenvolver seus potenciais.

As famílias entrevistadas nesta pesquisa também passam por estas dificuldades, geralmente não possuem informações e preparos específicos necessários para enfrentar tais problemas e por isso, não conseguem participar de maneira efetiva no desenvolvimento de seus filhos surdos, passando a responsabilidade da educação majoritariamente para as escolas especializadas. Na medida em que há esse repasse de responsabilidade há uma inversão dos papéis, ou seja, a família espera da Instituição ações que ela própria deixa de realizar, acreditando que isso cabe a Instituição. Nesse sentido, as respostas que a Instituição oferece às famílias, muitas vezes, não atendem suas expectativas, já que o acúmulo de responsabilidades dificulta o atendimento às reais necessidades dos usuários da Instituição.

Com relação à participação escolar as famílias relataram não terem tempo disponível, pois geralmente trabalham o dia todo. Isso dificulta o acompanhamento das atividades realizadas na Instituição, bem como, no próprio ambiente familiar. No entanto, a relação família e a escola precisam ser mais próximas, discutindo juntas as prioridades que podem contribuir no desenvolvimento dos surdos.

Outro fator que também deve ser considerado é o baixo grau de escolaridade das famílias. Uma vez que os pais não conseguem decodificar a leitura e a escrita, estes ficam impossibilitados de acompanhar o processo ensino-aprendizagem dos seus filhos.

Da mesma maneira as famílias demonstraram ter inúmeras dificuldades de comunicação com seus filhos, pois, desconhecem a LIBRAS e em alguns casos tem dificuldades de aceitar esta modalidade de comunicação como a primeira língua dos filhos, pois os familiares frequentemente expressam o desejo de seus filhos surdos falarem, como a principal modalidade de comunicação.

A Instituição com a perspectiva de diminuir as dificuldades relacionadas à comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos oferece o curso de LIBRAS. No entanto, a falta de tempo, a baixa escolaridade, a falta de recursos financeiros e a não-aceitação da LIBRAS como modalidade de comunicação são fatores determinantes na possibilidade da família participar efetivamente no desenvolvimento dos filhos surdos.

A pesquisa permitiu responder a questão problema que era verificar se as famílias da APADA têm uma participação efetiva no processo de desenvolvimento dos seus filhos surdos. Constatou-se que essas têm uma participação restrita neste processo, pois essa enfrenta inúmeros limites acima citados. Sendo assim, não se pode responsabilizar ou culpabilizar as famílias pela restrita participação no desenvolvimento dos seus filhos surdos.

O objetivo dessa pesquisa foi alcançado, pois esta demonstrou que a família é de fundamental importância no desenvolvimento da criança surda. Verificou-se na fala dos entrevistados que quanto maior o envolvimento familiar nas ações voltadas para seus filhos, maior é o seu desenvolvimento. A família conforme preconizado no ECA e na Política Nacional da Assistência Social, é o núcleo social básico das relações humanas que necessita de proteção de todo o aparato institucional.

A pesquisa evidenciou que é preciso resgatar valores familiares, como a convivência familiar, acompanhamento no desenvolvimento dos filhos, comunicação mesmo quando esta apresenta limitações. Esses valores foram suprimidos à medida que o processo de modernização estabeleceu novas exigências que dificultaram o acompanhamento efetivo da família.

As famílias entrevistadas sugeriram que se desenvolvessem na APADA um maior número de ações voltadas para as mesmas, não souberam identificar quais, isto indica que existe uma lacuna neste aspecto. Também pediram mais atividades de fonoaudiologia para melhorar a oralidade de seus filhos.

Após este longo desafio que a pesquisa proporcionou, foi possível verificar que existem poucas pesquisas nesta área. O que se espera é que mais pesquisadores se mostrem interessados por esta temática ampliando e proporcionando informações direcionadas para a família e a criança surda.

Mesmo não sendo o objetivo da pesquisa, não se pode deixar de remeter ao significado do papel do Assistente social frente a tamanhas dificuldades enfrentadas pelas famílias. Este profissional deve participar na elaboração de políticas sociais públicas voltadas para este segmento e desenvolver projetos integrados de acordo com as necessidades, potencialidades e peculiaridades de cada família, propor ações que contemplem a conquista de direitos de cidadania. Não importa qual espaço profissional o Assistente Social está inserido seja ele público ou privado deve-se buscar ações efetivas na defesa dos direitos do cidadão.

REFERÊNCIAS

ABCDASAUDE. **Prevenção da surdez infantil I**. Disponível em:

<<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?550>> Acesso em 10/Set/2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotados pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 43 de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de revisão de n. a 6, de 1994. 23. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. de Publicações, 2004.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA, Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, 1990.

_____. Decreto nº 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1999.

_____. Lei nº 8.742/93, de 17 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social, 2004.

BISOL, C. A construção de uma identidade cultural de Surdos em parceria com pais ouvintes. In: **Revista Espaço**: informativo técnico do INES, Rio de Janeiro, v.22, 2004. p.20-27.

BOMBARDELLI, J. **A família e o diagnóstico da surdez** – um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2002.

BROWN, A.S. Programas de Intervenção Precoce. In: **Surdez e deficiência auditiva: a trajetória da infância à vida adulta**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 113-124.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Record, 1993.

COUTO, A.F. (Coord.). **Como compreender o deficiente auditivo**. Rotary Club do Rio de Janeiro. Comissão de assistência ao excepcional: Exped - Expansão Editorial, 1985.

GRESS. Conselho Regional de Serviço Social do Paraná. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: **Coletânea de Legislações: Direitos e Cidadania**. Curitiba, 2003.

DEBUS, L. C. B.; MULLER, N. T. **História infantil** – uma dinâmica para incentivar à aquisição e o aprimoramento da Língua Portuguesa (Segunda Língua para os Surdos). 2006. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação no Curso Normal Superior – Sistema de Ensino Presencial Conectado), Universidade Norte do Paraná, Toledo, 2006.

FAMILYNET. **O que é rubéola**. Disponível em:
<<http://www.e-familynet.com/pages.php/PT/000/rubella.htm>> Acesso em 10/set/2007.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário Aurélio**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FURTADO, B. **Deficiência**. Disponível em:
<<http://www.voluntariosembratel.org.br/site/pagina.php?idconteudo=256>> Acesso em:
29/mar./2007

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDFELD, M. A. **Criança Surda** - Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

INES. **Conceito de Decibéis**. Disponível em:
<http://www.ines.org.br/ines_livros/4/4_005.HTM> Acesso em: 14/ago/2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEBEDEFF, T. Família e surdez: algumas considerações sobre o impacto do diagnóstico e a necessidade de orientação. In: **Revista do Centro de Educação**. n.17, 2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/>> Acesso em: 24/out/ 2006.

LIMA, R. P.; MAIA, R.; DISTLER, S. D. Reflexão sobre um trabalho com famílias. In: **Revista Espaço**: informativo técnico do INES, Rio de Janeiro, v.11, 1999. p. 37-39.

LODI, A.C.; HARRISON, K.M.P. Língua de Sinais e Fonoaudiologia. In: **Revista Espaço**: informativo técnico-científico do INES. Rio de Janeiro, n. 10, 1998. p.41-46.

LUCENA, H.P. et al. **Direito à Educação**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/educacao.html#3>> Acesso em: 14/ago/2007.

MARCONDES, L. H. Rubéola na Gravidez. Disponível em: <http://www.clicfilhos.com.br/site/display_materia.jsp?titulo=Rub%E9ola+na+gravidez> Acesso em: 14/ago/2007.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo de Educação Brasileira. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=109>> Acesso em: 10/abr/2007

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NIDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná**, a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Grafo-Set Impressão e Acabamentos, 1992.

PEATEN, E. B.L. **Avaliação qualitativa dos aspectos psicológicos do aconselhamento genético através do estudo prospectivo do atendimento das famílias**. Tese de Doutorado não publicada. (Curso de Pós-Graduação em Saúde). Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, São Paulo, 1995.

ROCHA, C.R.M da; TASSITANO, C. M.L.M.; SANTANA, J. S. S; **O acompanhamento do Adolescente na Família - A família brasileira**. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/revista/cap2.2.html>> Acesso em: 10/abr/2007

ROSENG, M. **A Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Fundamental em Toledo-PR**: um caminho em construção. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço

Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2004.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, M. P. A inclusão e as relações entre a família e a escola. In: **Revista Espaço**: informativo técnico-científico do INES. Rio de Janeiro, n.11, 1999. p. 40-41.

SOARES, M. B. **O que é letramento e alfabetização**. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef1/artigos/2004/0014.htm>> Acesso em: 12/set/2007

STELLING, E. O aluno surdo e sua família. In: **Anais do Seminário Repensando a Educação da Pessoa Surda**. Divisão de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro: Ed. Teatral. 1996. p 64-68.

STROBEL, K.L. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SKLIAR, C. A forma visual de entender o mundo: educação para todos. In: **Revista Especial, SEED/DEE**, Curitiba, 1998.

_____. (Org). **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

TOLEDO. **Dados do IDH, ICMS e PIB, do município**. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.gov.br>> Acesso em: 12/set/07.

WANDERLEY, M. B. Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego e Promoção Social/ SETEP. Metodologia de trabalho com famílias. In: **Trabalho com Famílias e instrumentos de gestão do CRAS**. Curitiba, 2006 p.11-19.

WIKIPEDIA. **Conceito de Família**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>> Acesso em: 14/ ago/ 2007.

_____. **Conceito de LIBRAS**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/LIBRAS>> Acesso em: 14/ago/2007.

_____. **Definição de Laico.** Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Laico>> Acesso em:14/ago/2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS FAMÍLIAS DA APADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PAIS

1 Identificação

Nome...

Endereço...

Grau de escolaridade...

Profissão...

1 - Qual foi o impacto ao perceber que seu filho tinha alguma deficiência auditiva?

2 - Qual a origem da surdez do seu filho?

3 - A partir de que momento vocês sentiram necessidade em levar seu filho para a APADA?

4 - Quando vocês trouxeram o seu filho para a apada o que esperavam?

5- E isso ocorreu?

6 - Como vocês se comunicam com seus filhos?

()libras ()oralidade ()ambos ()gestual ()outros

7 - Sente alguma dificuldade em se comunicar em libras?

Por quê?

8 - Em que momento você participa da vida escolar de seu filho?

Sentem alguma dificuldade em participar na Apada?

() sim () não

Se sim qual?

9 - Níveis de satisfação do atendimento

() muito insatisfatório () insatisfatório () satisfatório () muito satisfatório

Sugestões para a Apada

APÊNDICE 2
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA A COORDENADORA
PEDAGÓGICA DA APADA

ROTEIRO PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA DA APADA

- 1 - Como se dá a integração família e escola aqui na APADA?
- 2 - As famílias buscam participar e se inserir no processo ensino aprendizagem?
- 3 - De que forma vocês percebem isto?
- 4 - O que a escola oferece para as famílias com finalidade de trazê-las à escola?